

**18º RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (CA) DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) E A OS INSTITUTO ELO.****18º PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE ABRIL DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2023****1. INTRODUÇÃO**

O propósito deste Relatório é avaliar os resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão nº 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP/MG, como Órgão Estatal Parceiro (OEP), e a Organização Social Instituto Elo, a partir dos resultados pactuados para o período compreendido entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 (18º período avaliatório).

O Contrato de Gestão nº 002/2019 tem como objeto “a Co-execução de ações da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, propiciando o desenvolvimento das atividades das Unidades e dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidos pela SEJUSP/SUPEC”.

Esta avaliação está prevista no art. 76 da Lei nº 23.081/2018 e no art. 54 do Decreto nº 47.553/2018 que estabelecem que a Comissão de Avaliação (CA) é a responsável pela análise dos resultados alcançados em cada período avaliatório estabelecido no Contrato de Gestão nº 002/2019, em consonância com os indicadores de resultados e produtos pactuados no Anexo II - Programa de Trabalho, parte integrante do instrumento jurídico.

Conforme Resolução SEJUSP nº 102, de 25/03/21, esta Comissão de Avaliação é integrada pelos seguintes membros:

I - Gleysiane Freire Diniz, MASP 1.080.083-7, Supervisora do Contrato de Gestão, representante do Órgão Estatal Parceiro;

II - Gleiber Gomes de Oliveira, CPF: 971.914.346-00, representante da Organização Social Instituto Elo;

III - Marcela Emediato Mendes de Oliveira, MASP: 755.221-9, representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG);

IV - Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, CPF: 993.541.06-06, especialista da área objeto do Contrato de Gestão, indicada pela OEP, não integrante da administração pública estadual.

Participaram, além dos membros acima citados, o Sr. Matuzail Martins da Cruz – Subsecretário de Prevenção à Criminalidade, Flávia Cristina Silva Mendes - Superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Luísa de Paulo Longuinho - Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão, Fabiana Dias dos Santos - Coordenadora de Políticas Penais da SUPEC, Anna Carolina Marotta – Assessora-Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, Diogo Caminhas - Gerente de Monitoramento e Projetos do Instituto Elo, Leonardo Menacho Ferreira – Diretor Central de Contratos de Gestão da SEPLAG e Fabiana Almeida Santiago – Servidora do Gabinete da SUPEC, quem registra esta ata.

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA

Para empreender esta avaliação, os membros da Comissão de Avaliação analisaram o Relatório de Monitoramento encaminhado pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019, bem como o Relatório Gerencial de Resultados - RGR confeccionado e apresentado pela OS parceira Instituto ELO em 03/08/2023. Destaca-se que, previamente, os Relatórios Gerenciais de Resultados e Financeiros foram encaminhados pela OS, tempestivamente, à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão e, com base nesses documentos, a Comissão elaborou o Relatório de Monitoramento, declarando, ainda, ter supervisionado as ações realizadas e a execução financeira do Contrato de Gestão nº 02/2019.

A avaliação dos resultados é efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida no Anexo III do Contrato de Gestão. Além disso, será atribuída nota e, se for o caso, serão feitas recomendações aos envolvidos para os próximos períodos avaliatórios.

A Sra. Gleysiane abriu a reunião, contextualizando o fechamento de mais um período avaliatório. Destacou a intenção, nessa reunião, de realizar uma análise geral dos resultados de forma mais dinâmica e sistêmica, a fim de trazer uma discussão sobre os novos formatos de gestão da política e o que está sendo planejado para esta execução com a celebração do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, agregando também as proposições e percepções dos participantes da reunião.

Aberta a reunião, passou-se à discussão dos indicadores e metas do período avaliatório em questão. Devido à ausência momentânea da sra. Flávia, que contribui sobremaneira para a discussão dos indicadores das áreas temáticas 1, 2 e 3, a análise foi iniciada pela Área Temática 4 - Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais, com a contribuição da sra. Fabiana. Posteriormente, a discussão retornou às primeiras áreas temáticas, abrangendo todo o conteúdo do quadro de indicadores, bem como outros aspectos sobre a política pública que permearam diferentes momentos da reunião.

3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS**Contrato de Gestão nº 02/2019 - SEJUSP e IELO**

7º Termo Aditivo

18º Período Avaliatório - 01/04/2023 a 30/06/2023

Quadro de Indicadores do Relatório da Comissão de Avaliação

Área Temática	Indicador	Peso	V0	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso		
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	-	18.300	30.096	-	10,00	0,50
1	Programa Mediação de Conflitos	1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5,00%	-	1.490	2.400	-	10,00	0,50
1	Programa Mediação de Conflitos	1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4,00%	-	5.400	6.849	-	10,00	0,40

2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	-	2.640	3.050	-	10,00	0,40
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	-	6.930	7.714	-	10,00	0,50
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5,00%	-	43.992	52.965	-	10,00	0,50
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4,00%	-	300	323	-	10,00	0,40
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5,00%	-	840	1.613	-	10,00	0,50
3	Programa Se Liga	3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5,00%	-	420	773	-	10,00	0,50
3	Programa Se Liga	3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4,00%	-	540	470	-	8,70	0,35
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5,00%	-	30.600	38.092	-	10,00	0,50
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5,00%	-	0,74	0,74	-	10,00	0,50
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4,00%	-	2.250	2.068	-	9,19	0,37
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5,00%	-	11.772	11.507	-	9,77	0,49
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5,00%	-	0,78	0,81	-	10,00	0,50
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4,00%	-	864	1.068	-	10,00	0,40
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2,00%	-	87	49	-	5,63	0,11
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3,00%	-	840	2.388	-	10,00	0,30
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3,00%	-	120	585	-	10,00	0,30
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	165	353	-	10,00	0,20
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	450	548	-	10,00	0,20
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2,00%	-	120	234	-	10,00	0,20
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1,00%	-	120	202	-	10,00	0,10
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1,00%	-	392	451	-	10,00	0,10
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.3	Número acumulado de participantes em Capacitações	1,00%	-	56	2.600	-	10,00	0,10
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1,00%	-	15	8	-	10,00	0,10
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3,00%	-	28	30	-	10,00	0,30

9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	3,00%	-	9	9	-	10,00	0,30
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1,00%	-	1,0	1,0	-	10,00	0,10
10	Gestão da Parceria	10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1,00%	-	1,0	0,75	-	7,50	0,08

3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
18.300	30.096	158%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.490	2.400	161%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
5.400	6.849	127%

Sra. Luísa discorre sobre os indicadores da primeira área temática, Programa Mediação de Conflitos (PMC), destacando que está sendo dada atenção especial à elaboração dos indicadores do VIII Termo Aditivo a fim de que sejam feitas alterações factíveis ao que vem sendo realizado pelos programas. Particularmente no PMC, esse vem sendo um ponto de atenção devido à superação significativa das metas.

Sra. Flávia também traz como destaque a revisão de metas, pontuando, novamente, sobre o projeto "É na Base" e sua contribuição nos atendimentos do PMC. O projeto surge com a legislação que prevê trazer a temática da violência contra a mulher para dentro do ambiente escolar e tem sido perenizado como ação contínua do PMC, fomentando parcerias com as escolas nos territórios e também para tratar outras temáticas e demandas. A perspectiva da SUPEC é, portanto, trabalhar para institucionalizar esse projeto como uma frente de trabalho voltada para crianças e adolescentes discutindo temas relacionados à violência e abrindo portas que hoje as escolas não tem. Isso tem elevado muito o resultado destes indicadores.

Outro aspecto mencionado é o resultado do trabalho da comissão de comunicação e mobilização social do programa, que também tem estimulado a chegada das pessoas ao PMC. Esse processo de mobilização social dentro dos territórios tem elevado os números, tratando-se de um programa bem consolidado tanto no alcance das metas quanto no desenvolvimento das ações. A sra. Flávia menciona também o sucesso das oficinas do PMC no trabalho realizado junto às mulheres e que será previsto no novo aditivo a expansão dessas oficinas para todos os territórios.

Sr. Diogo destaca também que o PMC é um programa que, historicamente, supera as metas pactuadas, pois o caráter coletivo dos atendimentos potencializa esse alcance. A sra. Flávia Mendes elogia também o trabalho da diretoria do PMC no cumprimento de todos os prazos, sistematização da metodologia e metas alcançadas.

O Sr. Matuzail fala da percepção em visita ao PMC, da conversa com o público atendido e do potencial que o trabalho tem de tirar as pessoas de casa e trabalhar os conflitos em outros espaços. Destaca o trabalho do programa que obtém resultados não aritméticos, mas sim exponenciais.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.640	3.050	115%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
6.930	7.714	111%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
43.992	52.965	120%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
300	323	108%

A sra. Luisa introduz os resultados alcançados no âmbito do Programa Fica Vivo!. A sra. Flávia Mendes traz alguns pontos sobre o programa, sendo o primeiro é que o Fica Vivo! é um programa que tem buscado outras formas de atendimento que não seja somente as oficinas, mas que tem sofrido muito nesse processo de retomada pós pandemia. Embora tenham sido tomadas medidas como o investimento no reajuste no valor dos contratos com os oficinairos, bem como a realização de discussões próximas a esse grupo, não está sendo um trabalho fácil encontrar referências comunitárias no território. Ainda precisa de bons projetos para estabelecer essas oficinas e fato é que o programa também necessita de territórios que estejam desaquecidos em termos da dinâmica de violência e criminalidade para que consiga potencializar as oficinas e os atendimentos ao público alvo.

No RGR, é possível visualizar que nos 32 territórios de atuação, 18 deles estavam com mais de 100 dias sem homicídios. Ter um território pacificado permite que as oficinas funcionem de maneira regular, pois é muito comum haver a suspensão quando temos um aquecimento nos territórios. Flávia cita o exemplo de Justinópolis que esteve há pouco em meio a uma guerra que tem vitimado os adolescentes e muitas vezes são jovens que transitam pelas oficinas ou essas oficinas estão nas zonas de conflitos, necessitando de suspensão das mesmas, tendo que recuar quando há o risco iminente de conflito. Traz ainda outros exemplos de territórios com dificuldades para a implantação de oficinas, sendo eles: Bom Jardim em Ipatinga, sendo exemplo de território aquecido, na tentativa de conseguir desvencilhar algumas amarras neste local - onde ninguém chega; Minas Caixa também foi um território com as atividades suspensas e que está retomando agora; e Jardim das Alterosas em Betim com o mesmo cenário dos anteriores.

Sobre a atuação dos gestores sociais nas UPCs de base territorial, a sra. Flávia destaca alguns desafios para gestores de UPCs cuja área de abrangência envolve mais de um GEPAR e mais de uma atuação do GIE. Nesse sentido, informa que vamos separar a gestão social em alguns desses territórios, posto que alguns gestores ficam responsáveis pro mais de uma UPC com trabalhos intensos acontecendo nesse eixo do programa. Nesses espaços onde o número de homicídios ainda é alto, a dinâmica criminal sempre é muito aquecida, e com dois gestores há uma maior possibilidade de gestão destes trabalhos.

Sr. Matuzail fala sobre o desafio dos gestores no envolvimento de crianças na criminalidade quando nosso público envolve a faixa etária de 12 aos 24 anos, haja vista que alguns tem ingressado cada vez mais cedo em atividades relacionadas à criminalidade. Foi ainda discutido sobre a faixa etária do programa e o conceito de juventude. A sra. Flávia comenta sobre os inúmeros desafios que batem à porta com relação ao envolvimento cada vez mais precoce de crianças e adolescentes no mundo da criminalidade e destaca o papel da Prevenção em pensar respostas para esses problemas.

Sr. Diogo comenta sobre a realização dos projetos locais e de circulação com as equipes e oficinairos, destacando os resultados positivos dessas ações, e cita como exemplo o projeto de circulação que levou os jovens à exposição do Centro Cultural Banco do Brasil - "Os Gêmeos". Fala como é gratificante ver esses jovens galgando espaços e expandindo os horizontes, haja vista que muitos não conhecem nem mesmo o centro da cidade de Belo Horizonte. Fala de outras possibilidades para viabilizar projetos para inserir esse jovens que não apenas em oficinas de futebol e esportivas, esperando que na próxima reunião possa trazer outras propostas.

A sra. Flávia fala da complexidade de como operacionalizar esses projetos e que o problema não passa somente por recursos, mas como trabalhar a logística com esses jovens, com uma perspectiva de gestão interna de redução de profissionais dentro da Supec. Destaca a redução do número de gerentes no âmbito do Programa Fica Vivo que ocorreu recentemente, e que tem tornado o trabalho desgastante e cita o exemplo das Olimpíadas, com realização prevista para janeiro de 2024 e das dificuldades que a Supec terá para supervisionar e orientar essa execução nos próximos meses.

A sra. Roseane pergunta como é feita a divulgação das ações que serão executadas, sobre como se dá o contato com o lugar e sobre o efeito na sociedade, sugerindo que isso seja noticiado. Destaca que o efeito não é só para público atendido, mas também na sociedade em relação ao combate ao estigma que atinge esse público. Sugere que a articulação, por exemplo no Palácio da Artes ou CCBB, locais que estão recebendo esses adolescentes e jovens ou até egressos, se dê no sentido também da divulgação para sensibilização dos gestores daquele espaço e qual objetivo da proposta. Muitas vezes essas ações acontecem e não se têm a dimensão das propostas ali implementadas, objetivando quebrar esse paradigma, esse preconceito, de que esses meninos são "pivetes", "malandros" e outros termos pejorativos.

A sra. Flávia responde que essa articulação é realizada nas intervenções e que considera muito importante que seja realizado o combate ao preconceito que é vivenciado em muitos desses lugares pelos jovens e adolescentes público do programa. "Ir com o público do Fica Vivo em espaços tradicionalmente frequentados pela classe média alta é quase que uma ofensa. A cidade deveria ser para todos e é sempre muito desafiador circular com esses jovens em determinados espaços. Resumindo: são mal vistos, são perseguidos pelos seguranças, contudo apesar de ser desafiador é um trabalho extremamente necessário para dizer que o espaço é para todos. Esse trabalho de sensibilização é feito em construção com os gestores desse locais, buscando dar visibilidade a estes eventos nas mídias sociais da SEJUSP".

A sra. Fabiana Dias acrescenta que com os egressos acontece o mesmo, fala do estigma dessas pessoas e destaca que é sempre muito desafiador trabalhar com esse público. A sra. Flávia fala da dificuldade de aceitação também nas próprias escolas onde esses jovens estão inseridos e que, por vezes, recebem as ações do programa. Tudo é um processo de convencimento com a direção e tem sempre um olhar diferenciado para esse sujeito como "responsáveis por tudo que acontecer de errado". Apesar dos desafios, a Prevenção está sempre trabalhando os limites e as regras de convivência com esses jovens. Sr. Diogo acrescenta sobre o grau de restrição de circulação a que por vezes esses adolescentes estão submetidos, de não ser possível nem mesmo circular em determinadas ruas e áreas do próprio território onde moram. A sra. Flávia conclui que são jovens que tem sonhos e desejos assim como todos, falta porém oportunidades, mas que já carregam o estigma e a trajetória na criminalidade, são jovens, portanto, que precisam ser responsabilizados pelos atos e escolhas que realizam e o programa vem trabalhando muito nesses projetos de circulação em todos esses aspectos.

Ainda sobre o programa Fica Vivo!, foi comentado pelo sr. Diogo e sr. Gleiber sobre o desafio enfrentado na execução das oficinas, devido a mudanças no sistema de "Microempreendedor Individual" para a emissão e pagamento de notas fiscais. Com essa alteração, que prevê um modelo unificado, o Instituto Elo tem acompanhado junto aos oficinairos eventuais problemas no cadastro e no processo de emissão de nota para que seja efetuado o pagamento das oficinas em tempo hábil. O objetivo é fornecer informações e qualificação para evitar que esse aspecto burocrático afete a execução.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
840	1.613	192%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
420	773	184%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho

540	470	87%
-----	-----	-----

Quanto ao Programa Se Liga, a sra. Luísa destaca os resultados alcançados, e menciona o que foi colocado no relatório de monitoramento sobre a discrepância entre os dados das UPCs de abrangência regional de Juiz de Fora e de Belo Horizonte. Destaca que a AGI e a diretoria farão um trabalho junto às equipes para melhor compreender as informações sobre os atendimentos realizados.

A sra. Flávia contextualiza sobre Juiz de Fora, informando sobre a clareza da necessidade de implantar a unidade do Se Liga nessa área de abrangência, onde há muita demanda tanto no que se refere ao número de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade como dos jovens que são egressos na Zona da Mata. Chama atenção para a necessidade de implantação também porquê há influência de facções criminosas e o território em Juiz de Fora está muito aquecido. Todavia, é necessário considerar que o fato da UPC do Se Liga estar no território do Olavo Costa, por vezes, não facilita os atendimentos e deslocamentos desses jovens, de modo que a logística fica difícil para a equipe. Por exemplo, se faz necessário criar estratégias para que o atendimento seja possível em outros locais porque os adolescentes não podem circular na área da UPC, contudo, a Prevenção tem trabalhado muito nisso.

Também foi discutido que o Estado tem ciência que a estrutura da unidade não é a ideal, e que a presença de um matadouro ao lado da unidade prejudica trazendo odores desagradáveis e pernilongos, mas que apesar de toda essa questão tem sido possível desenvolver os trabalhos alcançando inclusive resultados positivos na UPC de abrangência territorial em Juiz de Fora. Destacou ainda, que estão sendo trabalhadas novas estratégias para conseguir novos espaços para melhorar essa questão. A sra. Gleysiane ainda cita que o prédio da UPC é da prefeitura, parceria com o município, sendo um espaço grande e compartilhado com outros atores das políticas públicas municipais, não havendo custo para o Estado. Reforça que a Supec teve dificuldades para locar um imóvel, devido a falta de locais que apresentam escritura pública, documento imprescindível para locação de imóvel pelo ente público. Acrescenta que espera que seja possível, tão logo, localizar outro imóvel no território para que as equipes possam trabalhar com mais tranquilidade.

A sra. Flávia fala dos trabalhos de sensibilização dentro do programa com os pré-egressos e discorre sobre a formatura do curso de barbearia do projeto Circuito Liberdade, destacando que fora um momento emocionante e com resultados positivos, em que fica evidente a fragilidade desse público. Foi possível observar também a interação com as famílias e a alegria de ver um filho ganhando um certificado, mas também já houve situação em que o adolescente chega sem familiar, descalço, outro que leva o amigo e de abrigados que levam as pessoas responsáveis por eles no abrigo. Apesar de desafiador é também muito gratificante ver esses jovens se esforçando para chegarem até ali.

A sra. Flávia fala, ainda, da perspectiva de implantação de uma nova UPC Regional de atuação do Se Liga em Uberlândia e mais duas unidades de base territorial e outra regional do programa Selo no ano de 2024.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
30.600	38.092	124,5%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	74%	100%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
2.250	2.068	91,9%

Foi realizada a leitura dos resultados gerais dos indicadores desta área temática pela sra. Luísa, destacando o desempenho alcançado.

A sra. Fabiana Dias avalia como ótimo o resultado do programa Ceapa. Destaca a inauguração no município de Varginha, que já vem contribuindo para o alcance das metas, e avalia positivamente os encaminhamentos do Poder Judiciário e a construção com a rede realizadas por esta UPC. Em geral, a Ceapa vem desenvolvendo bem para o alcance da meta pactuada. Observa que cada vez que o programa atinge acima de 100% em determinado indicador, teremos problemas com outros, pois o enfoque em uma das frentes de trabalho geralmente traz um impacto para outra.

Aponta também que, apesar do bom desempenho dos indicadores em geral, é necessário para alguns municípios um olhar diferenciado, por não estarem atingindo as metas individuais de atendimentos por municípios, especialmente aqueles devido ao fluxo com o Poder Judiciário. No entanto, destaca o acompanhamento conjunto com o Instituto Elo/Supervisão Metodológica, principalmente nessa frente de trabalho, para adequação. Destaca ainda, os apontamentos realizado por município no RGR e RM, a fim de que se possa avançar.

Com relação a rede, mesmo não tendo atingido as metas pactuadas, houve uma expansão nesse indicador em relação ao último período avaliatório. Outro destaque é a aquisição dos carros para alguns municípios, inclusive de UPCs que foram recentemente implantadas tais como Divinópolis e Sete Lagoas. Pontua ainda que fora uma luta de quatro anos e que agora acredita haver uma melhora que muito contribuirá para o trabalho das equipes, impactando nos indicadores.

Sr. Diogo acrescenta sobre as metas e ressalta que estamos saindo de período de "ressaca da pandemia" e que ainda assim as unidades tem conseguido equilibrar a lógica técnica e a metodológica. Adiciona a contribuição de Araguari para o alcance dos indicadores de rede.

Foram socializadas também para os integrantes da Comissão de Avaliação mudanças relacionadas à dinâmica de trabalho nas UPCs de abrangência municipal, onde atuam os programas Ceapa e PrEsp. A Sra. Fabiana fala sobre a divisão dos trabalhos na UPC Central de Belo Horizonte, sobretudo, acerca da tomada de decisão de contratação de dois Gestores Sociais, cada um dedicando a um programa, dado ao grande volume de trabalho da UPC de BH e do fluxo intenso de atendimento. Destaca que tal UPC é responsável por 60% dos números dos indicadores dos programas de abrangência municipal.

Sr. Diogo lembra da quantidade de analistas tanto do PrEsp quanto da Ceapa da UPC de BH, faz uma comparação com outras unidades e afirma que será melhor para a

qualidade dos atendimentos. Ressalta o cuidado que é preciso ter com os trabalhos antes conduzidos por um gestor e também um cuidado com o gestor que está à frente de uma equipe grande como a mencionada.

Sra. Fabiana Dias menciona também a estrutura complexa da unidade em referência, que para além de uma equipe grande de analistas há também uma equipe de apoio constituída de MGS e técnicos administrativos. Acrescenta sobre o sucesso da gestão conjunta da UPC com o programa Se Liga como um fator que contribuiu para a percepção de que seria possível conduzir os trabalhos com dois gestores. Contextualiza que a mudança de estrutura do Programa Se Liga para as salas do Edifício Maletta também será uma oportunidade para reestruturação da Unidade em comento, que fica no edifício JK.

Outro destaque que irá impactar o desempenho da Ceapa no segundo semestre, trazida pela Sra. Fabiana Dias, é o projeto de Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) junto as audiências de custódia, que se dará de forma presencial e a possibilidade de uma parte dos atendimentos anteriormente realizados no âmbito do Departamento Penitenciário (Depen) – Central Integrada de Atendimento das Medidas Extra Custódia (Ciamec) venha para o programa Ceapa, justificando ainda a importância da contratação de um novo Gestor para a UPC BH.

A sra. Fabiana contextualiza a metodologia do Serviço APEC como sendo um serviço previsto e chancelado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando fomentar junto ao Poder Judiciário a criação das centrais de atendimentos às audiências de custódia. A orientação do CNJ é que essas audiências aconteçam de forma presencial, estando ainda na maioria em formato virtual. O serviço APEC permite trazer o olhar da proteção social dentro das audiências de custódia, e seria, portanto, "um braço de atendimento da Ceapa". Não se trata de um programa novo, e sim de uma frente de trabalho *in loco* das equipes, onde o analista social realizará um pré atendimento, durante e pós audiência. Antes de passar pela audiência de custódia o sujeito será atendido pelo analista para o acompanhamento de suas demandas, permitindo melhor subsídio para a tomada de decisão e adequação das medidas a partir da análise psicossocial, por meio da produção de um relatório. Por exemplo, há previsão do cumprimento de monitoração eletrônica por pessoas em situação de rua e a completa inadequação da medida, que implicará possivelmente no descumprimento por não haver condições de carregar o equipamento. Também é previsto o atendimento ao sujeito após a decisão da aplicação da medida pelo Poder Judiciário, visando instruir sobre o que é a medida, seu cumprimento e quais as condicionalidades, bem como objetivando trabalhar qual a vulnerabilidade que esse sujeito traz, podendo ser realizado outros encaminhamento a rede parceira da Ceapa.

A sra. Luísa reforça sobre o volume expressivo que representa o fluxo da audiência de custódia, em decorrência do prazo de apresentação do indivíduo preso em flagrante ao juízo. Portanto, é um atendimento que deverá impactar substancialmente tanto o volume de trabalho quanto o alcance da Ceapa.

Sr. Diogo fala do cuidado para não dissociar a equipe do gestor, tendo uma equipe imensa para um profissional, por exemplo, e a sra. Fabiana Dias afirma estar atenta a esse cuidado e que os novos analistas previstos não serão contratados somente para Belo Horizonte, mas para atender o projeto em outras comarcas na medida em que a audiência de custódia for retornando ao modelo presencial em outros municípios. Explica que o CNJ tem uma portaria que prevê a implantação escalonada deste serviço que atualmente é chamado de Ceac – Centro de Atendimento de Custódia, e que o serviço só será implantado onde a Ceapa já atua - portanto, com exceção de Ubá e Patos de Minas. Destaca, por fim, que o ritmo de andamento desse projeto dependerá também do Poder Judiciário nas comarcas em que as audiências ocorrerão, lembrando que, até o presente momento, somente em BH estão acontecendo de forma presencial.

A Sra. Roseane comenta sobre uma comissão antimanicomial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) da qual participa e que seria interessante colocar uma analista para este acompanhamento, haja vista ser uma porta de entrada para as intercorrências entre as medidas impostas e as condições dos indivíduos. Sra. Fabiana Dias responde que já existem alguns grupos de trabalho com esse olhar e que se trata de um desafio para o programa o fortalecimento dessa atuação. Destaca os alinhamentos com as diretrizes nacionais e também da adesão e do apoio do Subsecretário, sendo muito importante para os avanços.

O sr. Matuzail acrescenta sobre as tratativas que já estão sendo discutidas há 5 anos e que são importantes para serem tratadas junto aos coparticipantes da política. Destaca a importância do envolvimento de todos e que essas interlocuções não devem ficar somente com o ente estadual, envolvendo também os municípios. Discorreu sobre as visitas realizadas no TJMG e em outros espaços, tais como prefeituras, câmaras municipais, ALMG para que se dê continuidade aos trabalhos, mantendo as portas abertas e as soluções conjuntas.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
11.772	11.507	97,7%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	81%	103,8%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
864	1.068	123,61%

Sra. Luísa discorre sobre os indicadores referente à área temática 5, do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp).

A sra. Fabiana Dias observa que muitos municípios estão acima do esperado, enquanto outros estão aquém, e que está sendo feito um acompanhamento de forma individualizada. Um destaque do PrEsp é a desvinculação das assinaturas em Ribeirão das Neves, que é vista como um ganho e também um desafio muito grande. Explica que quando deixamos de ter as assinaturas, deixamos também de ter uma grande circulação dos egressos pelos espaços do programa e, com isso, as equipes precisam trabalhar mais, porque de certa forma "diminui a porta de entrada". Foi percebida uma diminuição nos números de atendimentos, mas as equipes estão trabalhando em alguns projetos, inclusive dentro dos presídios, para além de outros que irão fomentar outras portas de entrada de rede ao programa.

O resultado além da meta do indicador 5.3 representa muito trabalho em rede, justificando o aumento em razão dos trabalhos não só em um município, mas também em cidades vizinhas. Um exemplo citado é Vespasiano, onde acontece um trabalho no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, contudo, é um número muito pequeno de egressas, sendo portanto o trabalho expandido para Santa Luzia. Com isso, está sendo pensado em mudanças na metodologia do PrEsp para atendimento às comarcas, facilitando e impactando a chegada do público.

A sra. Fabiana menciona ainda, que está sendo realizado um levantamento junto ao Observatório da SEJUSP, buscando realizar uma leitura das saídas do sistema prisional, a fim de calibrar as metas de forma mais individualizada e factível conforme a demanda dos municípios. Atualmente a meta é igual para todas as UPCs, e caso se entenda que em determinada Unidade a saída é menor, haverá a repactuação e calibragem destas metas.

Foi mencionada a mudança na direção dos programas PrEsp e Ceapa no âmbito do Estado/Supep, que trouxe impactos não somente na ponta, mas internamente. As novas diretoras Jéssica e Karolina foram apresentadas à Comissão de Avaliação, bem como foi mencionada o convite às novas gerentes que assumirão os trabalhos nas respectivas diretorias.

A sra. Fabiana ressaltou os resultados positivos das mudanças realizadas pela gerência de Recursos Humanos do Instituto ELO na UPC BH e o Sr. Gleiber complementa sobre a avaliação de desempenho dos colaboradores, justificando as novas mudanças, e destaca o grau de satisfação dos profissionais e da chegada do RH nas unidades.

A sra. Fabiana Dias reafirma ainda o trabalho da equipe da sra. Gleysiane e os investimentos que estão sendo feitos para melhoria e aparelhagem das unidades. Fala da importância de UPCs com espaços mais confortáveis para que os analistas possam fazer os atendimentos de forma mais tranquila, o que impacta diretamente nos resultados apresentados, e avalia como um bom momento na política de prevenção à criminalidade para fazer os investimentos necessários, tendo um retorno tanto qualitativo, quanto quantitativo.

Sra. Gleysiane retoma sobre a infraestrutura, destacando que mesmo antes da pandemia já se vislumbrava a necessidade de mudança de vários imóveis, entretanto, com o corte significativo de recursos que ocorreu naquele período, tudo que estava sendo almejado foi impossibilitado. A partir do ano passado, com o retorno do orçamento, a política vem crescendo e melhorando tanto na parte estrutural, quanto na contratação de novos profissionais. Destaca que a preocupação e o desafio de tornar esta política sustentável, com gestão de risco, fazendo de maneira cautelosa o gerenciamento dos recursos financeiros. Com o apoio do Subsecretário vários municípios tem sido contatados na tentativa de que as prefeituras possam cada vez mais serem parceiras e trazer também aportes financeiros para a política, principalmente, quanto a melhoria dos imóveis disponibilizados. Reforça ainda, que para muitas unidades do interior a Prevenção tem como apoio a contrapartida do município na cessão do imóvel em que funciona a UPC.

A sra. Flávia destaca que Belo Horizonte é o município que tem menos apoio da prefeitura, contando somente para as unidades do Barreiro e Serra, ao contrário de Betim, onde de 5 Unidades, 4 imóveis são custeados pelo município, três em Governador Valadares e em Uberlândia. Por isso, a SUPEC busca a sustentabilidade dessa contrapartida via município, destacando sobre a possibilidade de mais investimentos na política de prevenção.

A sra. Luísa cita, sobre a sustentabilidade mencionada, que o fato de incluir determinados custos e responsabilidades quanto à infraestrutura no âmbito do Contrato de Gestão pode tornar tais ações mais vulneráveis à eventuais cortes, o que impactaria não somente em questões de pessoal, mas também na manutenção estrutural das unidades. A Sra. Gleysiane ainda esclarece que a gestão estrutural das UPCs, atualmente, é praticamente 100% de responsabilidade do Estado. Contudo, devido a recente reforma administrativa do estado, a SEJUSP deu diretriz para a Supec descentralizar alguns serviços para a OS, por meio do Contrato de Gestão, o que será implementado no próximo VIII Termo Aditivo.

A sra. Fabiana Dias faz uma observação sobre as cestas básicas e o vale social que foram reincorporados como ações dos programas de abrangência municipal, atendendo e destinando ao públicos do PrEsp e Ceapa. Destaca os desafios para fazer o acompanhamento da distribuição das cestas, por conter produtos perecíveis, e tece elogios à OS por fazer esse acompanhamento de excelência na cogestão. Destaca que trata-se de itens de extrema relevância e muito demandado pelo público, dada a situação de vulnerabilidade.

Por fim, o sr. Matuzail aborda necessidade de aprofundar as conversas com outras áreas, por exemplo com a Polícia Penal e SEDESE sobre a questão do indivíduo que sai do sistema prisional, para que se visualize outras oportunidades, outras possibilidades para uma vida digna pós saída do sistema, podendo ser favorecida por projetos que o ajudam a melhorar a perspectiva de vida, possibilidades de emprego, de incentivo do Estado para o empreendedor oferecer vagas de emprego, dentre outras.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
87	49	56,3%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
840	2.388	284,3%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
120	585	487,5%

Sras. Luísa e Gleysiane começa a discussão da área temática 6 destacando que foi o primeiro período avaliatório em que todas as unidades previstas já se encontravam implantadas e em pleno funcionamento. A última, Pouso Alegre, a estrutura física ficou pronta em março, a contratação da equipe ocorreu em abril e as ações foram iniciadas no mês de maio.

A sra. Fabiana Dias fala dos indicadores, destacando o desafio que vem sendo enfrentado, porque alguns juizes se recusam a encaminhar os homens que estão envolvidos para o atendimento do programa, por acreditar ser uma antecipação de pena. A ausência da porta de entrada desse público, devido à ausência de encaminhamentos em parte dessas localidades, preocupa a Supec e toda a gestão envolvida. Informa que esses gargalos estão sendo alvo de diálogo constante com o Ministério Público e que se pretende pensar em uma mudança de objeto/escopo para Pouso Alegre, por exemplo. Frisa que a equipe desse município está focada nas articulações com a rede, e que em Curvelo e Barbacena o diagnóstico já esta pronto e com leitura consolidada do território.

Sra. Flavia discorre sobre os diagnósticos que embasam a escolha para a implantação, que precisam estar bem fundamentados, considerando diferentes fatores. No caso desse projeto, a definição foi realizada pelo Ministério Público e o desafio também por ser um projeto com escopo que mescla ações do PMC e Ceapa, com públicos diferentes e cujo atendimento em um mesmo projeto se torna complexo. Destaca, por exemplo, a demanda do MPMG de que o PMC atenda a mulheres em situação de violência nas zonas rurais, contudo, o programa tem uma especialidade que é trabalhar em territórios urbanos, com uma lógica de leitura do capital social. Portanto, mesmo sabendo que no interior há demanda nas áreas rurais, a Supec ainda não tem um formato metodológico para atender a esse público, por isso, a importância do alinhamento prévio dos projetos e revisão constante dos mesmos.

Sr. Matuzail menciona que além da metodologia, a questão esbarra também na logística de pessoal, transporte e material para efetuar esse tipo de atendimento na zona rural, e sra. Fabiana acrescenta a escassez de recursos inclusive financeiros. A sra. Flavia afirma não ser possível a expansão conforme proposto, mas que o objeto será entregue tal qual foi pactuado.

Sr. Diogo menciona que apesar do não encaminhamento dos homens pelo Poder Judiciário por motivos aqui apresentados, o atendimentos às mulheres vítimas chegam e em números expressivos.

A sra. Roseane concorda que haveria necessidade de um diagnóstico e estratégias específicas para atuação na zona rural, entendendo ser bem diferente em termos de sociabilidade, possível formato de atendimento. Pondera que o MPMG deve considerar tais particularidades técnicas e não apenas pensar nos resultados alcançados, sobretudo, se for feito de qualquer maneira, há o risco de perder a confiabilidade do programa, além de gastos públicos sem resultados efetivos.

Sra. Flavia explica que a pasta de Políticas para Mulheres está inserida na SEDESE, responsável por idealizar políticas específicas para esse público. A sra. Fabiana Dias destaca, por sua vez, que o atendimento às mulheres no âmbito dos municípios ainda é frágil e carente de metodologia específica. Então quando o PMC chega a esses municípios, chega com uma metodologia consolidada, o que fomenta essa demanda. Acrescenta que os municípios pouco investem neste frente de trabalho. A sra. Flavia, por sua vez, fala da gestão que é diferenciada e de como o programa faz encaminhamentos amarrando muito bem teoria com a prática, buscando também proximidade com cada ator envolvido.

Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
165	353	213,9%

Indicador 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
450	548	121,7%

Indicador 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
120	234	195%

Quanto à área temática 7, do Programa Selo Prevenção Minas, foi destacado que os indicadores não possuíam um "V0" para cálculo mais assertivo, posto que são todos os indicadores novos. Para o Termo Aditivo, também as metas serão reajustadas para se tornarem mais factíveis.

A sra. Flávia explicita que o Selo está em processo de construção contínua, mas é um programa que já está institucionalizado. Tem-se a UPC Regional na RISP 10, em Patos de Minas, e a expectativa de implantar mais uma UPC em 2024 em Teófilo Otoni. Esse Programa, ao contrário dos demais, não tem atendimento direto ao público, mas é voltado para que o município desenvolva ações para prevenir à criminalidade. As metas foram atendidas, lembrando que são 23 municípios para serem atendidos. A RISP 10 é uma região complexa e está mais próxima do Triângulo Mineiro, o município tem um perfil social mais difícil, retrógrado, muito preconceituoso, e sempre um desafio desvencilhar de tudo isso.

A sra. Flávia apresenta também uma ferramenta de gestão desenvolvida pela Coordenação do Programa no âmbito do Estado, que vem permitindo produzir uma gama de informações qualificadas em tempo real. É possível monitorar quantos municípios já foram alcançados com alguma ação, visualizar a agenda da equipe e todas as atividades desenvolvidas. Tem o planejamento anual e tudo que é realizado mês a mês. Dessa forma, é uma ferramenta que tem contribuído muito para o acompanhamento das ações e do alcance do programa na RISP. A sra. Flávia ressalta ainda que temos dois programas de caráter regional, além do Selo, o programa Se Liga, e está sendo pensada na perspectiva desse dois programas caminharem juntos em uma única estrutura.

Neste momento, também foram abordadas as mudanças internas ocorridas na SUPEC, que estão demandando que todo o trabalho seja repensado. Foram feitos cortes significativos na estrutura interna de pessoal, tanto em relação ao quantitativo, quanto na remuneração dos servidores que hoje atuam na Supec. A sra. Flávia ressalta que a reestruturação na secretaria trouxe desafios como a desmotivação das equipes, falta de estrutura para atender às demandas e a perda de pessoas qualificadas e competentes que realizavam um trabalho de excelência na política pública. Destaca também que a Subsecretaria está expandindo na implantação de mais UPCs, contudo, com uma estrutura interna cada vez menor, o que leva à preocupação quanto à qualidade e aos resultados apresentados.

A sra. Gleysiane contextualiza também as mudanças no Contrato de Gestão, uma vez que a estrutura atual foi desfeita com a reforma administrativa, tendo muito impacto na equipe da extinta "Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão de Termo de Parceria", e foi definido também pela descentralização da gestão estrutural das UPCs para a OS parceira. Ressalta que terá pontos positivos, na perspectiva de processos mais céleres e econômicos, mas que terá muito impacto para o monitoramento e fiscalização efetivos desta parceria.

A sra. Luisa complementa sobre as mudanças na Supec e na Sejusp, chamando a atenção da Seplag no que se refere aos possíveis impactos no monitoramento e avaliação da parceria. Na perspectiva da descentralização de políticas públicas, acredita ser importante que o órgão estatal parceiro não perca de vista a imprescindibilidade dos servidores do estado neste acompanhamento. Ressalta que "descentralizar não é abrir mão da política pública e que o Estado continua tendo um papel fundamental". No âmbito da Prevenção, todas as diretrizes, o monitoramento, fiscalização e avaliação são realizados com muito cuidado, muita proximidade, e por muitas mãos, e esse volume de trabalho também crescerá com o aumento das ações previstas no Contrato de Gestão. Dessa forma, o corte também traz prejuízos à gestão da parceria.

O sr. Gleiber coloca o Instituto Elo à disposição, informando estarem juntos para enfrentar os desafios e lamenta que tenha chegado a tal ponto.

A sra. Roseane manifesta o lamentável corte da estrutura da Prevenção e reforça que isso só reflete o Estado positivista que diminui recursos para a prevenção à criminalidade em detrimento do investimento em outras áreas, sobretudo, da punição. Declara não acreditar ser falta de entendimento, mas sim de projeto articulado de uma política punitivista de encarceramento em massa.

Sra. Flavia menciona ainda a entrega para a sociedade de resultados efetivos da Prevenção e nesse quesito, a Supec segue firme empenhada em manter sempre a qualidade das entregas.

Sr. Matuzail menciona que a SEJUSP recebeu uma nova Subsecretaria que antes estava na SEDESE, e que os pontos que corresponderiam aos cargos não vieram em compensação. Nessa perspectiva, entende que a redistribuição não considerou as novas atribuições e não foi feita de forma justa. É um desafio, sem dúvidas, na administração deste trabalho com tantos impactos negativos. Faz um pedido aos representantes da SEPLAG sobre a possibilidade de revisão dessas pontuações.

A sra. Gleysiane pontua sobre o aditamento, que vence em dezembro/2023, mas que será adiantado para que a vigência contemple o último período avaliatório de 2023 (outubro a dezembro de 2023) até dezembro de 2024, considerando que as mudanças impuseram uma revisão das responsabilidades e a necessidade de inclusão de novas cláusulas a serem pactuadas entre os parceiros. Informa ainda que a SUPEC e Instituto Elo estão trabalhando intensamente nesse novo formato, para que o trâmites possam iniciar o quanto antes. Ressalta por fim, que será preciso contar o apoio da Seplag para dar andamento célere à formalização do VIII Termo Aditivo.

Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
120	202	168,3%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho

392	451	115%
-----	-----	------

Indicador 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações		
Meta	Resultado	Desempenho
56	2600	4642,8%**

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	8,1	185,2%

Nesta área temática, reiterou-se a necessidade de rever as metas pactuadas para o indicador 8.3, posto que houve um erro. Nesse sentido, o que há de discrepância nos resultados deverá ser corrigido no aditamento do contrato com previsão para a partir de outubro.

Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
28	30	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Foi elogiada a qualidade dos relatórios de gestão, especialmente do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	75%

No que se refere ao percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica, a sra. Luísa informou que foi feita a checagem amostral, em que foram indicados alguns processos para que a OS prestasse esclarecimentos ou correções. Após checagem de efetividade todas as inconformidades foram sanadas e o resultado obtido foi de 100% de conformidade.

Sobre a gestão da parceria, a sra. Marcela informou a nota obtida de 75%, devido aos prazos da entrega do Relatório de Monitoramento e da realização da reunião da Comissão de Avaliação.

Mais uma vez a supervisora Gleysiane ressaltou que o prazo de apenas 30 dias é impossível para concluir um monitoramento de qualidade, haja vista se tratar de uma política gigantesca, com extenso programa de trabalho e envolvimento de muito recurso financeiro. E que a Supec sempre prezarão por um monitoramento de excelência, mesmo que isto acarrete um pequeno atraso na entrega de relatórios ou na realização da reunião, haja vista que todos os procedimentos são realizados com muita responsabilidade.

4. AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

A sra. Luísa discorre sobre a avaliação dos produtos previstos para o presente período avaliatório, destacando a entrega do Produto 2.1 – Diagnóstico e mapeamento de municípios e territórios estratégicos para implantação de UPCs de Base Territorial. O relatório do produto foi encaminhado pela OS em 22 de maio e validado pela SUPEC em 31 de maio de 2023, e será também disponibilizado aos integrantes da Comissão de Avaliação. Foi ressaltada a importância do produto para subsidiar novas leituras e análises, bem como decisões sobre a implantação das novas unidades de prevenção à criminalidade de base territorial nos municípios mineiros.

A sra. Marcela ressalta que havia também previsto o Produto 4.1 - Seminário Geral da Política de Prevenção Social à Criminalidade e que não houve formalização por meio de Termo de Alteração Simples quanto ao adiamento desta entrega. A sra. Luísa contextualiza que o seminário foi realizado em julho, mas prorrogado em decorrência da mudança da chefia da SUPEC. Neste sentido, a sra. Marcela solicita o registro nesta ata da Comissão de Avaliação acerca do atraso na entrega do produto Seminário, previsto no Programa de Trabalho, impactando na pontuação final do quadro de produtos.

5. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório de Monitoramento (RM) do OEP e no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) elaborado pela OS Instituto Elo, foi de cálculo abaixo:

DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,79	80%	7,83	8,74
Quadro de Ações	4,55	20%	0,91	

Conceito: Bom

6. QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Recurso Estadual - Memória de Cálculo A

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.285.175,00	417.902,57	32,52%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.543.600,00	2.197.827,63	33,59%
3	Capacitações da equipe contratada	714.200,00	29.670,61	4,15%
4	Deslocamento da equipe contratada	90.000,00	19.663,87	21,85%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	226.800,00	31.785,57	14,01%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	456.000,00	175.122,62	38,40%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	870.000,00	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	72.400,00	2.193,15	3,03%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	3.443,57	2,21%
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	168.407,55	40,58%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	-	-	-
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	-	-	-
14	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	-	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	165.000,00	91.898,61	55,70%
16	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	320.000,00	125.684,57	39,28%
17	Bem estar social	9.000,00	1.409,25	15,66%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	168.000,00	14.214,95	8,46%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	6.000,00	739,32	12,32%
	Total	11.497.135,00	3.279.963,84	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Ins

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubr
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	15.398.856,29	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66
(E) Total de Entradas de Recursos	5.088,41	91.955,13	8.599.123,67	123.324,40	128.855,98	10.346.892,22	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	2.785.986,36	2.374.342,02	2.665.757,15	3.406.177,83	2.743.380,96	3.111.822,12	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	1.050,00									
(PP) Provisonamentos de Pessoal	6.269.918,67									
(C) Recursos Comprometidos	1.867.225,05									
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	3.594.175,51									
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	5.874.260,43									

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	16.268.937,97	17.606.629,66	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	16.268.937,97	17.606.629,66	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	17.606.629,66	17.606.629,66

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	2.520.612,55
Transferência para Reserva de Recursos	674.876,90
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	154.092,60
Gastos da Reserva de Recursos	4.492,38
Saldo da Reserva de Recursos	3.345.089,67

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto															
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL			
1	Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	TOTAL		
		a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
		31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023			
1.1	Receitas														
	Repasse do														
1.1.1	Contrato de Gestão	8.347.035,89	-	-	10.134.653,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.481.688,98
	Receita														
1.1.2	Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	-	-	597.092,11
(E)	Total de Entradas:	8.361.124,30	91.955,13	136.053,88	10.257.977,49	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	-	-	19.087.781,09
2	Saída de Recursos												TOTAL		
2.1	Gastos com Pessoal														
2.1.1	Salários	1.451.363,82	1.458.440,18	1.458.440,18	1.458.440,18	1.470.810,75	1.474.319,49	-	-	-	-	-	-	-	8.771.814,60
2.1.2	Estagiários	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	-	-	-	-	-	-	-	599.760,00
2.1.3	Encargos	583.837,04	587.544,68	587.544,68	587.544,68	592.785,34	594.417,98	-	-	-	-	-	-	-	3.533.674,40
2.1.4	Benefícios	395.951,96	397.818,83	397.818,83	397.818,83	401.067,19	403.026,84	-	-	-	-	-	-	-	2.393.502,48
	Subtotal (Pessoal):	2.531.112,82	2.543.763,69	2.543.763,69	2.543.763,69	2.564.623,28	2.571.724,31	-	-	-	-	-	-	-	15.298.751,48
2.2	Gastos Gerais	1.106.585,00	1.326.465,00	627.065,00	692.165,00	617.165,00	786.965,00	-	-	-	-	-	-	-	5.156.410,00
	Aquisição de														
2.3	Bens Permanentes	57.760,00	754.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811.960,00
	Transferência														
2.4	para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	-	-	597.092,11
(S)	Total de Saídas:	3.700.546,23	4.716.383,82	3.306.882,57	3.359.253,09	3.310.644,26	3.470.503,62	-	-	-	-	-	-	-	21.864.213,59
Realizado															
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado	Previsto	
1	Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	TOTAL	(/) Previsto	(-) Realizado
		a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
		31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023			
1.1	Receitas														
	Repasse do														
1.1.1	Contrato de Gestão	8.462.469,79	-	-	10.234.627,91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.697.097,70
	Receita														
1.1.2	Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	600,00	-	-	450,00	-	-	-	-	-	-	-	1.050,00

2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	-	597.092,11	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		8.467.558,20	91.955,13	136.653,88	10.357.952,31	128.855,98	112.264,31	-	-	-	-	-	-	19.295.239,81	101,09%	(207.458,72)
2	Saída de Recursos													TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal															
2.1.1	Salários	1.110.413,75	1.163.174,25	1.204.679,62	1.246.366,56	1.269.153,27	1.263.611,55	-	-	-	-	-	-	7.257.399,00	82,74%	1.514.415,60
2.1.2	Estagiários	75.378,29	70.129,53	67.214,92	70.817,46	72.458,72	77.002,90	-	-	-	-	-	-	433.001,82	72,20%	166.758,18
2.1.3	Encargos	573.242,04	549.452,27	541.701,05	550.365,03	571.235,73	564.786,73	-	-	-	-	-	-	3.350.782,85	94,82%	182.891,55
2.1.4	Benefícios	158.403,63	356.147,10	413.612,68	399.106,43	422.414,39	424.336,29	242.388,01	-	-	-	-	-	2.416.408,53	100,96%	(22.906,05)
Subtotal (Pessoal):		1.917.437,71	2.138.903,15	2.227.208,27	2.266.655,48	2.335.262,11	2.329.737,47	242.388,01	-	-	-	-	-	13.457.592,20	87,97%	1.841.159,28
2.2	Gastos Gerais	614.104,76	514.909,03	572.440,49	690.654,52	751.957,02	600.064,92	-	-	-	-	-	-	3.744.130,74	72,61%	1.412.279,26
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	28.250,22	1.274,88	511.502,57	119.047,57	127.359,89	2.509,89	-	-	-	-	-	-	789.945,02	97,29%	22.014,98
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	-	-	-	-	-	-	-	485.277,80	81,27%	111.814,31
(S) Total de Saídas:		2.564.881,10	2.747.042,19	3.447.205,21	3.199.681,97	3.343.435,00	2.932.312,28	242.388,01	-	-	-	-	-	18.476.945,76	84,51%	3.387.267,83

Recurso do Convênio Federal nº 891551/2019- Presp - Memória de Cálculo B

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.200,00	-	-
2	Acompanhamento in loco da supervisão no interior	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
Total		1.200,00	-	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Institut

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Nov
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	340.270,16	233.614,27	169.407,97	381.985,32	308.018,44	229.357,19	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62
(E) Total de Entradas de Recursos	65,76	1.583,75	289.562,42	2.917,31	2.890,11	1.990,79	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	106.721,65	65.790,05	76.985,07	76.884,19	81.551,36	78.872,36	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	233.614,27	169.407,97	381.985,32	308.018,44	229.357,19	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisonamentos de Pessoal	171.900,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	44.539,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	(63.964,65)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	381.985,32	152.475,62	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	381.985,32	152.475,62	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	152.475,62	152.475,62

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	52.344,77
Transferência para Reserva de Recursos	13.961,72
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	3.199,50
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	69.505,99

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL			
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023				
	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023				
1	Entrada de Recursos							TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	287.413,50	-	-	194.641,75	-	-	482.055,25			
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-			
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-			
2.1	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64			
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	197.559,06	2.890,11	1.990,79	493.651,89			
2	Saída de Recursos							TOTAL		
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	326.771,88			
2.1.2	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	24.480,00			
2.1.3	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	135.542,82			
2.1.4	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	95.930,52			
Subtotal (Pessoal):	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	582.725,22			
2.2	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00			
2.3	-	-	-	-	-	-	-			
2.4	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64			
(S) Total de Saídas:	97.386,63	98.904,62	99.469,79	100.238,18	100.210,98	99.311,66	595.521,86			
Realizado										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado	
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023				
	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023				
1	Entrada de Recursos							TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50	59,62%	194.641,75	
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64	100,00%	-	
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	299.010,14	60,57%	194.641,75	
2	Saída de Recursos							TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	39.916,70	46.761,77	48.252,69	48.847,15	46.660,49	41.851,14	272.289,94	83,33%	54.481,94	
2.1.2	3.389,09	2.910,00	2.870,00	3.174,34	3.191,66	3.688,41	19.223,50	78,53%	5.256,50	
2.1.3	21.497,19	21.429,67	22.053,58	22.197,30	21.507,59	21.097,45	129.782,77	95,75%	5.760,05	
2.1.4	6.787,78	14.306,57	18.134,73	15.548,35	16.374,75	16.423,20	87.575,38	91,29%	8.355,14	
Subtotal (Pessoal):	71.590,76	85.408,01	91.311,00	89.767,14	87.734,49	83.060,20	508.871,59	87,33%	73.853,63	
2.2	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	1.200,00	
2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.4	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	-	9.605,85	82,83%	1.990,79	
(S) Total de Saídas:	71.656,52	86.991,76	93.459,92	92.684,45	90.624,60	83.060,20	518.477,44	87,06%	77.044,42	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	139.780,00	25.654,04	18,35%
2	Acompanhamento in loco da Supervisão Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio.	52.500,00	1.215,43	2,32%
3	Cursos de Qualificação Profissional.	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPC's e Sede Administrativa.	7.000,00	2.031,92	29,03%
Total		199.280,00	28.901,39	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Institut

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novem
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	1.022.232,10	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85
(E) Total de Entradas de Recursos	305,58	7.203,90	59.386,59	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	90.278,85	84.491,31	173.900,14	120.674,28	133.657,10	134.888,08	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	250.562,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	83.954,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	33.299,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	51.139,89	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	689.317,98	367.816,85	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	740.457,87	367.816,85	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	367.816,85	367.816,85

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	50.261,81
Transferência para Reserva de Recursos	39.754,71
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	4.018,54
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	94.035,06

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto																
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL			
1	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023				
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023				
1.1	Receitas															
	Repasse do															
1.1.1	51.139,89	-	-	488.935,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	540.075,69		
	Arrecadada em															
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Outras Receitas															
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.1	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	-	32.334,62		
(E) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	494.708,24	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	-	572.410,31		
2	Saída de Recursos															
	Gastos com															
2.1	Pessoal															
2.1.1	63.129,00	87.224,01	87.224,01	87.224,01	87.224,01	87.224,01	-	-	-	-	-	-	-	499.249,05		
2.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
2.1.3	27.288,23	37.468,88	37.468,88	37.468,88	37.468,88	37.468,88	-	-	-	-	-	-	-	214.632,63		
2.1.4	20.262,87	29.065,71	29.065,71	29.065,71	29.065,71	29.065,71	-	-	-	-	-	-	-	165.591,42		
Subtotal (Pessoal):	110.680,10	153.758,60	153.758,60	153.758,60	153.758,60	153.758,60	-	-	-	-	-	-	-	879.473,10		
2.2	26.620,00	61.720,00	24.120,00	9.220,00	9.220,00	9.220,00	-	-	-	-	-	-	-	140.120,00		
	Aquisição de															
2.3	60.886,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.886,00		
	Transferência															
2.4	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	-	32.334,62		
(S) Total de Saídas:	198.491,68	222.682,50	186.125,30	168.751,04	169.152,97	167.610,23	-	-	-	-	-	-	-	1.112.813,72		
Realizado																
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado	
1	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023				
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023				
1.1	Receitas															
	Repasse do															
1.1.1	51.139,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.139,89	9,47%	488.935,80
	Arrecadada em															
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Receitas															
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	-	32.334,62	100,00%	-
(E) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	-	83.474,51	14,58%	488.935,80
2	Saída de Recursos															
	Gastos com															
2.1	Pessoal															
2.1.1	56.506,34	59.104,07	66.797,88	78.158,76	84.765,68	83.221,71	-	-	-	-	-	-	-	428.554,44	85,84%	70.694,61
2.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3	24.469,52	29.705,63	30.220,62	33.521,38	35.954,39	35.565,59	-	-	-	-	-	-	-	189.437,13	88,26%	25.195,50
2.1.4	8.001,00	17.620,85	21.269,05	27.080,18	25.820,49	28.681,89	14.443,80	-	-	-	-	-	-	142.917,26	86,31%	22.674,16
Subtotal (Pessoal):	88.976,86	106.430,55	118.287,55	138.760,32	146.540,56	147.469,19	14.443,80	-	-	-	-	-	-	760.908,83	86,52%	118.564,27
2.2	362,92	1.600,00	17.891,20	11.349,34	1.582,98	2.190,00	-	-	-	-	-	-	-	34.976,44	24,96%	105.143,56
	Aquisição de															
2.3	-	5.458,21	59.578,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.036,61	106,82%	(4.150,61)
	Transferência															
2.4	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	-	-	-	-	-	-	-	-	27.702,99	85,68%	4.631,63
(S) Total de Saídas:	89.645,36	120.692,66	204.003,85	155.882,10	154.297,91	149.659,19	14.443,80	-	-	-	-	-	-	888.624,87	79,85%	224.188,85

6.1. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 11/07/2023. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo

do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Do total de saídas realizadas no 18º período avaliatório foi executado 84,51% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 87,06% da Memória B (Programa PrEsp) e 79,85% da Memória de Cálculo C (FUNEMP).

7. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

7.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ATUAL

Pontua-se as recomendações inseridas no relatório da Comissão de Monitoramento, sugerindo-se que a OS analise e considere na elaboração do próximo RGR.

8. CONCLUSÃO

Por fim, foram discutidos aspectos acerca da nova memória de cálculo e pontos de dúvida da OS junto à SEPLAG, que serão tratados em outro momento, visando a celebração do termo aditivo. Sr. Leonardo fala da importância da parceria e deste Contrato de Gestão, trazendo o apoio da SEPLAG à SUPEC em todos os aspectos que forem necessários nessa mudança, colocando-se à disposição.

A Sra. Gleysiane agradece a todos os presentes e a reunião é encerrada.

Conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação, o Contrato de Gestão nº 002/2019 obteve a seguinte pontuação e conceito:

PONTUAÇÃO FINAL: 8,74

CONCEITO: Bom

Diante desse resultado, a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização dos repasses financeiros da 3ª parcela do atual VII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2023, fonte de recurso estadual, federal, bem como do Fundo Especial do Ministério Público – FUNEMP, conforme cronograma de desembolso do contrato vigente, destinados à OS Instituto Elo, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período avaliado. O valor efetivo do repasse deverá ser verificado e aprovado pela Supervisora do CG.

A Comissão de Avaliação reitera que a OS é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados, e que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão, devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades encontradas, conforme legislação.

Reunião realizada presencialmente na Cidade Administrativa de Minas Gerais em 11 de agosto de 2023.

Gleysiane Freire Diniz

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Gleiber Gomes de Oliveira

Instituto Elo

Marcela Emediato Mendes de Oliveira

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

Especialista da área objeto do Contrato de Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 23/08/2023, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Emediato Mendes de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 23/08/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleiber Gomes de Oliveira, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **71909951** e o código CRC **81219DAC**.